

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

Processo n.º: 4572/2005

Parecer n.º: 911/17-CF

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Ação Social, Fundo de Assistência Social-SEAS, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente- FDCA. Exercício de 2004. Contas regulares com ressalvas dos gestores da SEAS/DF e do FDCA/DF. Sobrestamento das contas dos gestores do FAS/DF. Decisão 7.302/08. Pelo levantamento do sobrestamento, julgamento das contas irregulares para uns e regulares para os demais e arquivamento. Ministério Público aquiesce com acréscimo.

Tratam os autos da tomada de contas anual dos ordenadores de despesa, agentes de material e demais responsáveis da então Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS/DF, do Fundo de Assistência Social – FAS/DF e do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA/DF, referente ao exercício financeiro de 2004.

2. Conforme Informação n.º 47/06 da então 2ª ICE – Divisão de Contas, fls. 197/236, atuaram como responsáveis no período:

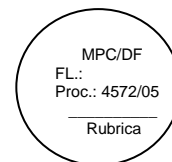
Pela SEAS/DF

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro	Secretário de Estado	01.01 a 31.12.04
Luiz Henrique Teixeira Leda	Diretor de Apoio Operacional	23.01 a 31.12.04
Eleusa César Faria de Santana	Diretora de Apoio Operacional	01.01 a 22.01.04

Fonte: fl. 198.

Pelo FAS/DF

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
------	--------------	---------



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro	Secretário de Estado	01.01 a 31.12.04
Luiz Henrique Teixeira Leda	Gestor do FAS	23.01 a 31.12.04
Eleusa César Faria de Santana	Gestora do FAS	01.01 a 22.01.04

Fonte: fl. 198.

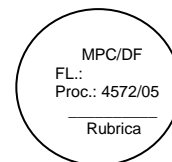
Pelo FDCA/DF

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro	Secretário de Estado	01.01 a 31.12.04
Luiz Henrique Teixeira Leda	Gestor do FDCA	23.01 a 31.12.04
Eleusa César Faria de Santana	Gestora do FDCA	01.01 a 22.01.04

Fonte: fl. 199.

3. Em seguida, o Tribunal, por meio da Decisão n.º 5149/2006, fls. 257/258, determinou:

I. tomar conhecimento da tomada de contas anual dos responsáveis pela Secretaria de Ação Social, pelo Fundo de Assistência Social e pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao exercício de 2004; II. apreciar os procedimentos ultimados pela SEAS com relação às tomadas de contas especiais abaixo, considerando: a) encerrados, nos termos do inciso I do art. 13 da Resolução 102/98, ressarcimento/reposição, os Processos n.ºs 100.001.733/02, 100.001.093/03, 100.000.808/03, 100.000.168/03, 100.000.860/01, 100.000.297/00, 030.001.818/01, 100.001.731/02, 101.000.632/98 e 100.000.067/02; b) encerrado, nos termos do inciso II do art. 13 da Resolução n.º 102/98, o Processo n.º 100.000.352/02, em face do reaparecimento do bem; c) encerrados, com absorção dos prejuízos pelos cofres públicos, os Processos n.ºs 100.001.708/03, 100.001.251/04, 100.000.891/04, 100.000.815/03, 030.004.761/00, 100.001.470/02 e 100.001.001/04; III. conhecer dos procedimentos adotados nos Processos n.ºs 101.001.543/93 e 101.000.637/94, em atendimento às Decisões n.ºs 1.998/04 e 8.428/01; IV. determinar à Secretaria de Ação Social que agilize os procedimentos de cobrança administrativa dos débitos apurados nos Processos n.ºs 100.000.197/02, no referente à Gávea Empresa de Vigilância e Segurança; 100.001.313/03; 030.004.755/00 e 100.000.533/00,

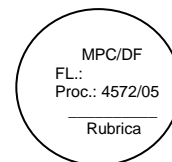


MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

porventura pendentes de regularização, sob pena de aplicação de multa aos responsáveis pela morosidade nas cobranças, uma vez que o retardamento nas ações poderá não só dificultar como também inviabilizar a recomposição dos prejuízos; V. determinar, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, a audiência dos responsáveis indicados no item 3.1.a desta Informação, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem razões de justificativa a respeito das falhas e/ou irregularidades apontadas nos itens 1.2.1, 1.2.2, 2.1.1, 3.2.1 e 4.1.1 do Relatório de Auditoria nº 152/2005-Controladoria (fls. 791/800 do Processo nº 040.006.062/05), levando em conta as considerações expostas na Informação nº 47/06, com vistas ao possível julgamento pela irregularidade das contas nos termos da alínea “b” do inciso III do art. 17 da Lei Complementar nº 01/94; VI. manter o sobrestamento das contas do Fundo de Assistência Social até o desfecho dos Processos nºs 2.144/05 e 2.145/04. (grifo nosso)

4. Ato contínuo, o Tribunal, após a apresentação das justificativas dos responsáveis, mediante Decisão nº 7.302/2008, cópia de fl. 477, julgou regulares com ressalvas as contas dos responsáveis pela Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS e do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA, sobrestando, ainda, o julgamento das contas dos gestores do FAS/DF, até o deslinde dos Processos nºs 3.839/04 e 1.484/04, in verbis:

*I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 1.343/06 – GAB/SEAS, considerando cumprida a diligência ordenada por meio do item IV da Decisão nº 5.149/06; b) das razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis, nomeados no § 12, fl. 371, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes; c) da documentação de fls. 882/1.094 do Processo nº 040.006.062/05, considerando atendida a Decisão nº 2.056/07; **II - julgar, nos termos do inciso II do art. 17 da LC nº 01/94, regulares com ressalvas as contas: a) dos Administradores da então Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS, nomeados no § 3.1.a, fl. 198, em razão das irregularidades apontadas nos subitens 2.1.1, 3.2.1 e 4.1.1 do Relatório de Auditoria nº 152/05 da Gerência de Auditoria e Tomada de Contas da CGDF; b) dos Gestores do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA, nomeados no § 3.1.c, fl. 199, em razão da inobservância do Contrato nº 12/03 e do disposto no art. 73, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 (subitem 3.1.1 do Relatório de Auditoria nº 152/05 da Gerência de Auditoria e Tomada de Contas da CGDF); III - aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pela***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

Relatora; IV - autorizar: a) o sobrestamento do julgamento das contas dos Gestores do Fundo de Assistência Social – FAS, até o deslinde dos Processos n°s 3.839/04 e 1.484/04; b) o retorno dos autos à 2ª ICE, para as devidas providências. (grifo nosso)

5. Assim, o Corpo Técnico localizou os processos objetos da Decisão 7.302/2008 e seus desdobramentos, apresentando as análises a seguir. Na sequência o Ministério Público passa a opinar.

Processo 1484/04

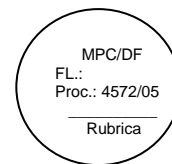
Tratam os autos da tomada de contas anual dos ordenadores de despesa, agentes de material e demais responsáveis da então Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS/DF, do Fundo de Assistência Social – FAS/DF e do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA/DF, referente ao exercício financeiro de 2003.

Mediante Decisão 242/2006¹, o Tribunal julgou regulares as contas da SEAS e determinou a audiência dos gestores da FAZ/DF e do FDCA/DF, para que apresentassem justificativas quanto às impropriedades apontadas no **subitem 2.1.1 (Liberação de recursos a entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima, devedora de prestação de contas dos recursos anteriormente repassados) do Relatório de Auditoria nº 213/2004 – Controladoria.**

Após a apresentação das justificativas, o Corpo Técnico conforme Informação nº 64/2006, se manifestou pela improcedência das justificativas e julgamento das contas como regulares com ressalvas, sugerindo, ainda, manter o sobrestamento das contas, determinado por meio do item V da Decisão nº 4117/2003 (Processo nº 890/2003).

O MPjTCDF (Parecer nº 1206/06-CF) opinou, também, pela improcedência dos argumentos, mas acenou pelo julgamento irregular das contas e sugeriu a realização de auditoria específica para atestar a boa e regular aplicação dos

¹ (...)V - julgar regulares as contas da SEAS, relativas ao exercício de 2003, na forma do acórdão apresentado pelo Relator; VI – determinar a audiência dos gestores do Fundo de Assistência Social e do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme item VIII.b da Instrução (fls. 157/158), para que apresentem circunstanciadas justificativas acerca do subitem 2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 213/04, no atinente à concessão de benefícios à entidade Ação Nossa Senhora de Fátima, sem a devida prestação de contas dos recursos anteriormente repassados (Processos n°s 100.000.366/03 e 100.000.368/03). (Grifo nosso)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

recursos repassados à entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima – ASNSF sem que tenha havido a prestação de contas dos recursos recebidos anteriormente, por meio do Convênio nº 05/2000.

O Tribunal, por meio da Decisão 565/2007 (fl. 441), atendeu parcialmente as sugestões do Ministério Público determinando, preliminarmente, a realização de auditoria específica para que fosse atestada a boa e regular aplicação dos recursos repassados à ASNSF, por meio do citado Convênio.

Em seguida, foi autuado o **Processo nº 28002/08** em cumprimento à Decisão 565/2007.

Em conclusão, o Corpo Técnico entendeu que, embora o Tribunal não tenha se manifestado conclusivamente sobre o julgamento das contas dos gestores do FAZ/DF, o **Processo 1484/04** se refere às contas do exercício de 2003 e, assim, não deve influenciar no julgamento das contas.

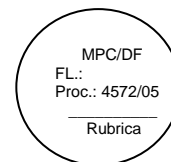
Opinião do MP: aquiesço às análises do Corpo Técnico.

Processo 3839/04

Os autos tratam da Auditoria Operacional nº 56/2004, procedida junto à Secretaria de Assistência Social do Distrito Federal – SEAS/DF, pela Corregedoria do DF, em cumprimento à Decisão nº 6.769/2003, cópia de fl. 442, exarada no Processo nº 1.134/03.

Por meio da Decisão nº 6161/07, o Tribunal decidiu

I - tomar conhecimento do resultado de Auditoria realizada pelo Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo e das medidas adotadas pela SEAS constantes do Processo nº 017.000.020/2004, Apenso, em cumprimento à Decisão nº 6769/2003; II - solicitar à Corregedoria-Geral do Distrito Federal que, com prioridade e urgência, realize auditoria nas cinco maiores beneficiárias de subvenções sociais recebidas do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, vinculado à SEAS/DF, nos exercícios de 2003 a 2006, exceto a conveniada Ação Social Nossa Senhora de Fátima, cuja fiscalização será efetuada por este Tribunal em face da Decisão nº 565/2007; III - autorizar o encaminhamento do Processo 017.000.020/2004, apenso, à Corregedoria-Geral do Distrito Federal, para subsidiar os trabalhos da Auditoria referida; IV – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Trabalho do DF que se abstenha de prosseguir no cumprimento do Termo de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

*Parcelamento de Crédito nº 07/2006, publicado no DODF de 24/11/2006, até o total encontro de contas com a entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima; V - **determinar o retorno dos autos à Segunda Inspeção, para subsidiar a Auditoria determinada na Decisão nº 565/2007.***

O Corpo Técnico informou que, tendo em vista o não atendimento pela SEDEST das solicitações realizadas nas Notas de Inspeção nos 01/3839/04 e 02/3839/04, a Corte, por meio da Decisão nº 4.489/11, cópia de fl. 444, tomou conhecimento da Representação interposta pelo Corpo Técnico (fls. 162/164) do Processo nº 3.839/04 e decidiu autorizar a audiência dos responsáveis para apresentar razões de justificativas, dentre outras determinações.

Em seguida, informou que o Tribunal, consoante item II da Decisão 4672/12 e Acórdão 255/12, aplicou multa ao ex-Secretário Adjunto da SEDEST em face do não atendimento das notas de inspeção. Após a interposição de recurso de reexame, o Tribunal deu provimento ao apelo e tornou sem efeito a sanção aplicada e por meio da Decisão 5737/13. Após a Corte considerou atendido o item IV da Decisão nº 4.672/12 e determinou o arquivamento dos autos.

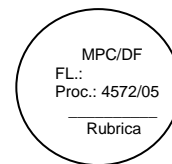
O Corpo Técnico ressaltou que a determinação imposta no item II da Decisão 6161/07 supramencionada é objeto do processo nº **30.690/2007** e a Auditoria referida no Item V do mesmo *decisum* é tratada nos autos de nº **28.002/2008** a seguir analisados.

Pelo exposto, entendeu que o **Processo nº 3839** não deve influir na análise das contas.

Opinião do MP: aquiesço às análises do Corpo Técnico.

Processo 28.002/08

Versam os autos sobre a Auditoria de Regularidade nº 2.0005.08, constante do Plano Geral de Ação para 2008, realizada na Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal – SEDEST/DF para analisar questões relativas à concessão de recursos à entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima pela extinta Secretaria de Estado de Assistência Social do Distrito Federal – SEAS/DF e pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal – FSS/DF, atualmente a cargo da SEDESTMIDH/DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

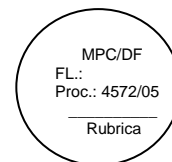
Narra o Corpo Técnico, que o Relatório de Auditoria de Regularidade nº 2.0005.08 (Processo nº 28.002/08) apontou irregularidade na aplicação dos recursos repassados à entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima no Convênio nº 05/2000, situação agravada pela falta de prestação de contas da entidade e pela liberação de recursos, por parte da SEAS/FAS/FDCA-DF, sem a aprovação das prestações de contas dos recursos anteriormente recebidos, além da ausência de fiscalização e acompanhamento, por parte da Administração, da execução do Convênio.

Em seguida, informou que o Tribunal considerou parcialmente procedentes as justificativas do **Sr. Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro** e fixou multa de R\$ 6.000,00, tendo em conta a grave infração às normas legais, dentre as quais destacamos o inciso II do item 2 da Portaria nº 140/99, que trata das normas para celebração, execução e avaliação de convênios com a então Secretaria da Criança e Assistência Social, para fins de ações com recursos do Fundo de Assistência Social do DF, face aos repasses concedidos sem a devida prestação de contas por parte do conveniente.

Desta forma, diante das irregularidades e da multa aplicada ao ex-Secretário de Estado da extinta Secretaria de Estado de Ação Social e responsável pelo Fundo de Ação Social do DF – FAS/DF e pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF – FDCA/DF, o Corpo Técnico entendeu que o **Processo 28.002/08 influencia no julgamento das contas dos responsáveis pela irregularidade**, tendo em vista os repasses concedidos sem a devida prestação de contas por parte da conveniente no exercício de 2004 (fls. 288/293). Em razão de ter sido apenado com multa naqueles autos, pelos mesmos fatos apontados na0 presente TCA, o Corpo Técnico dispensou a aplicação da multa objeto do art. 57, I, da LC nº 01/1994.

Quanto aos gestores **Luiz Henrique Teixeira Leda e Eleusa Cesar Faria** de Santana, ressaltou que, em razão de não terem sido apenados no bojo do Processo 28.002/2008, podem de ter suas contas julgadas regulares, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/1994, já que não foram apontadas impropriedades impostas diretamente a eles.

Opinião do MP: De fato, nos autos do Processo 28.002/08, restou evidenciado que o ex-Secretário limitou-se a promover 32 aditivos ao Convênio nº 05/2000 - FSSDF e 34 aditivos do Convênio nº 05/2000 – SEAS, mesmo diante de evidentes irregularidades (foram alocados recursos para cobrir despesas com pessoal diferente da finalidade do programa, aconteceram repasses sem que a entidade tivesse adimplente com o dever de prestar contas, ausência de pareceres conclusivos da PGDF etc).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

O gestor em diversas oportunidades foi alertado da falta de prestação de contas pela conveniente pelos executores do contrato, e mesmo ciente, continuou celebrando aditivos.

Ao agir deste modo, acabou por contrariar a Decisão nº 4.921/02- TCDF, além de regulamento emanado pela própria SEAS (inciso II do item 2 da Portaria nº 140/99, que aprova normas para celebração, execução e avaliação de convênios no âmbito da pasta e que considera irregular a destinação de recursos públicos a entidades que não tivessem prestado contas de repasses anteriores.

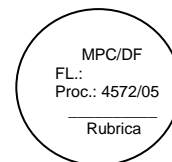
Além disso, como revelou o Relatório de Auditoria, os indicadores adotados para acompanhamento do Projeto de Atendimento Social foram altamente subjetivos. Não foram indicados meios válidos para mensurá-los e nem os limites que se pretendia alcançar.

Os indicadores “*qualidade e produtividade dos serviços*” foram adotados apenas por mera formalidade, não possibilitando avaliar as atividades realizadas, conhecer os resultados alcançados, controlar a utilização dos recursos e monitorar as prestações de contas. Portanto, restou evidente que o ajuste foi celebrado sem metas claras e objetivas.

Também, houve autorização de despesas com pessoal diferente da finalidade do Programa, ou seja, o ex-Secretário, portanto, acabou por praticar ato de gestão antieconômico (art. 57, III, LC nº 01/94), pelo fato de, no âmbito do convênio, ter autorizado a criação de novos cargos sem necessidade e permitido que os profissionais da atividade-fim fossem substituídos por profissionais da atividade-meio sem que houvesse qualquer justificativa, o que revelou o desvio de finalidade do programa.

Assim, tenho em conta a ofensa a grave infração às normas insculpidas no art. 24 da Lei nº 8.742/1993; art. 16, "caput" e parágrafo único, da Lei nº 4.320/64; inciso II do item 2 da Portaria nº 140/99; inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/93; art. 7º, 116 e 118 da Lei nº 8.666/93 e item 1.2 do Anexo I da Portaria nº 140/99; e art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, bem como a prática de ato antieconômico, pela autorização de despesas com pessoal diferente da finalidade do Programa; acompanho às conclusões do Corpo Técnico, considerando que o **Processo 28.002/08 influencia no julgamento das contas do Sr. Gustavo Augusto Aurnheimer pelas irregularidades apontadas.**

Quanto a Sra. **Eleusa César Faria de Santana**, Diretora de Apoio Operacional, ambas do Fundo de Assistência Social – FAS/DF, destaca-se que a responsável foi chamada em audiência por meio da Decisão nº 242/2006 dos autos do Processo 1484/2004 TCA referente ao **exercício de 2003** para apresentar razões de justificativas sobre subitem 2.1.1 (Liberação de recursos a entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima, devedora



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

de prestação de contas dos recursos anteriormente repassados) do Relatório de Auditoria nº 213/2004 – Controladoria.

Após a apresentação das justificativas, o Tribunal entendeu que deveria aguardar o deslinde da Auditoria de Regularidade nº 2.0005.08, para efetuar o julgamento das contas.

O Processo nº **28.002/2008** cuidou especificamente sobre os fatos elencados no subitem 2.1.1 (Liberação de recursos a entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima, devedora de prestação de contas dos recursos anteriormente repassados do Relatório de Auditoria nº 213/2004 – (Controladoria, fls. 599/602*) e a Auditoria de Regularidade nº 20005.08 confirmou a irregularidade para a qual a responsável foi chamada, abstendo-se de chama-la aos autos para aplicação de multa. Contudo, os fatos constantes no subitem foram tratados na TCA referente ao exercício de 2003, onde o MPCDF sugeriu ao Tribunal a irregularidade das contas, nos termos do art. 17, III, “b”, da LC nº 1/1994.

Assim, considerando ainda, o curto período de gestão (01.01.2004 a 22.01.04) entendo que o Processo nº 28.002/2008 não deve influenciar nas contas da gestora na TCA referente ao exercício de 2004.

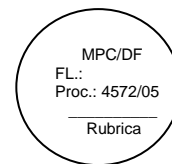
Assim, com os devidos acréscimos, concordo com as conclusões do Corpo Técnico.

Processo 30.690/07

Trata-se de análise do Relatório de Auditoria nº 01/2010, realizada pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal nos Processos de Prestação de Contas de 2003 a 2006, referentes aos Convênios firmados entre a entidade Obra Social Nossa Senhora de Fátima e a então Secretaria de Estado de Ação Social. A origem da auditoria é a Decisão n.º 6.161/2007 (cópia de fl. 443), em que foi determinado à Corregedoria que realizasse “auditoria nas cinco maiores beneficiárias de subvenções sociais recebidas do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, vinculado à SEAS/DF”.

O Corpo Técnico informou que as irregularidades foram objeto de análise pelo Processo nº 21.013/2010 e, em seguida, apresentou as determinações e alertas da Decisão 1901/2012. Assim, conclui que o **Processo 30.690/07** não deve influenciar no julgamento das contas.

Opinião do MP: aquiesço às análises.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

Processo nº 21013/2010

Trata de TCE que teve origem na recomendação da então Corregedoria-Geral do DF – CGDF, em face dos indícios de danos ao Erário identificados no exame das Prestações de Contas dos Convênios com a entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima, entre 2003 e 2006, com recursos do Fundo de Assistência Social do DF.

O Corpo Técnico informou que na fase interna da TCE restou evidenciada a ocorrência de irregularidades, havendo quantificação do dano e indicação dos responsáveis.

No âmbito do TCDF, informou que o Tribunal acolheu as defesas e julgou regulares com ressalvas (Decisão 5.207/16 e Acórdão 707/16), havendo a interposição de recurso pelo MPjTCDF.

Todavia, informou que, embora o Tribunal não tenha se manifestado sobre o mérito do recurso, os jurisdicionados chamados em audiência naqueles autos, não se encontram no rol de responsáveis da presente TCA.

Assim, considerou que o Processo nº 21.013/2010 **não deve influenciar** no julgamento das contas dos gestores do Fundo de Assistência Social do DF – FAS/DF.

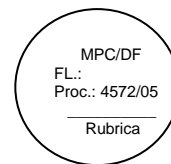
Opinião do MP: aquiesço às análises. Acrescenta-se, contudo, que recentemente esta Corte acolheu Recurso de Reconsideração² do MPC (1ª Procuradoria) no sentido de reformar a Decisão que havia julgado regulares, com ressalvas, as contas especiais no âmbito do Processo nº 21.013/2010, referente a execução de recursos públicos disponibilizados por meio do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, exercício de 2006 (Decisão nº 3535/2017³).

6. Ato contínuo, o Corpo Técnico tratou dos Processos relacionados aos contratos com o Instituto Candango de Solidariedade-ICS, objetos do sobrestamento determinando pelo item V da Decisão 4117/2003 (Processo 890/2003), por meio dos incisos “a” e “b” do item II da Decisão 2537/2017 (Processo 949/2004).

Informou, que o Tribunal deliberou no seguinte sentido: “II) *pelo voto de desempate da Senhora Presidente, proferido com esteio no art. 16, VI, do RI/TCDF,*

², e-doc F4B0FDE1.

³ “II – considerar, no mérito, **procedente o Recurso de Reconsideração** interposto pelo Ministério Público junto à Corte (fls. 205/215) III – em consequência, **reformar os itens I, II e III da Decisão nº 5.207/2016**, e, por decorrência, **considerar improcedentes as defesas** apresentadas pela entidade OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA e pelo Sr. JOSÉ MARIANO;”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

que acompanhou o posicionamento do Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS: a) ante a impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar em sede de TCE o prejuízo decorrente do Contrato de Gestão firmado entre o extinto Idhab e o Instituto Candango de Solidariedade- ICS, considerar, com fulcro nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº. 01/1994, iliquidáveis as contas em apreço, determinando seu trancamento e consequente arquivamento; b) autorizar a aplicação, no que couber, das diretrizes adotadas em relação ao exame de mérito do recurso em apreço, como paradigma na análise dos processos em trâmite nesta Corte de Contas que se refiram aos Contratos de Gestão celebrados pelo Distrito Federal com o ICS;"

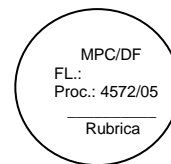
Deste modo, entendeu que diante da deliberação, o desfecho de eventuais ajustes celebrados com o ICS não deve mais motivar o sobrestamento dos autos.

Opinião do MP: aquiesço às análises.

7. Desta feita, o Corpo Técnico apresentou as seguintes proposições ao Tribunal:

Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento da presente Informação;*
- II. levante o sobrestamento determinado pela Decisão nº 7.302/2008;*
- III. julgue, referente ao objeto desta TCA, **irregulares**, nos termos do art. 17, III, "b", da LC nº 1/1994, as contas dos Srs. **Gustavo Augusto Aurnheimer Ribeiro, Luiz Henrique Teixeira Leda e Sra. Eleusa César Faria de Santana**, quanto à gestão do Fundo de Ação Social do DF – FAS/DF, em razão das irregularidades apontadas no bojo do Processo nº 28.002/08, que remetem à liberação de recursos a entidade Ação Social Nossa Senhora de Fátima, devedora de prestação de contas dos recursos anteriormente repassados;*
- IV. delibere sobre a aplicação da multa, objeto do art. 57, I, da LC nº 1/1994, aos responsáveis nominados no item III retro;*
- V. autorize:*
 - a) a devolução dos apensos à Secretaria de Estado de Fazenda do DF;*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

b) *o retorno destes autos* à Secretaria de Contas para as providências cabíveis.

8. Em face do exposto, com os devidos acréscimos, o Ministério Público acompanha as sugestões do Corpo Técnico.

É o parecer.

Brasília, 2 de outubro de 2017.

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Procuradora-Geral